



**Assembleia Municipal**

## **ACTA Nº 07**

### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de Junho de 2010**

Aos 30 dias do mês de Junho de 2010 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça, na presença de todos os seus membros. A saber: Mário Raul Santiago do Céu, Ana Paula Agostinho Matias, João Vasco Rodrigues Peixinho, Maria Graciete Agostinho Brito, Joaquim Augusto P. Pais de Azevedo, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Fernando Manuel Pereira Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Inês Nóbrega D'Aguiar, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, João Manuel de Jesus Brito, Lúcio António Vieira Amaral, Henrique Miguel Caetano Santana, Marco António Heleno Domingos da Silva, Orlando Manuel Isidoro Marques e Miguel Ângelo Lopes Eusébio. Estiveram ainda presentes os vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes, Mário Peixinho e Carlos Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Pereira.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão pelas 21h30.

#### **Período de Intervenção do Público**

Não houve inscrições.

#### **Actas**

Procedeu-se à apreciação e votação das actas da sessão extraordinária de 24 de Abril e da sessão ordinária de 30 de Abril.

Sobre a Acta de 30 de Abril interveio o deputado Paulo Sardinheiro indagando sobre a razão pela qual boa parte das suas intervenções não ter sido transcrita.

O Presidente da Mesa pediu para o deputado especificar as omissões de que se deu conta, lembrando contudo que existe a Conferência de Representantes onde os deputados podem pôr as suas questões e dar as suas sugestões no que toca à Acta, permitindo um prazo de antecedência suficiente para se rever e introduzir as alterações sugeridas.

O deputado afirmou referir-se a uma intervenção que perguntava ao Presidente da Câmara em que tipo de papel se revia na assunção do seu cargo, se se revia como gestor ou como contabilista, tendo oportunamente obtido resposta. O deputado sugere que se ouça a gravação e se introduza esse diálogo.

Interveio o deputado Fernando Ramalho afirmando entender que não sendo a Conferência de Representantes uma figura institucional de carácter obrigatório, reserva-se o direito de não comparecer, acrescentando que no seu partido os deputados não falam uns pelos outros e que não se sente mandatado para representar todos os seus colegas na Conferência, pelo que entende que é a Assembleia o local indicado para tratar destas questões.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro afirmando não conseguir compreender a aversão do deputado Fernando Ramalho à Conferência de Representantes, até porque é um órgão existente em muitas autarquias socialistas que reconhecem a sua utilidade para uma discussão mais aberta e democrática das questões essenciais para os municípios. Já em relação às actas, o deputado entende que estas traduzem de forma clara o essencial do que se passou nas Assembleias.

O deputado Paulo Sardinheiro tomou a palavra para afirmar que entende que a razão que levou à omissão desse diálogo prende-se com o facto de o deputado ter feito uma pergunta incómoda para o Executivo e que por esse motivo a sua intervenção foi retirada da acta.

O Presidente da Câmara pediu a palavra para sugerir a inclusão da pergunta omissa e posterior aprovação da acta.

A deputada Inês D'Aguiar interveio afirmando que a pergunta em questão não é incómoda de maneira nenhuma, acrescentando que a importância que lhe foi dada é completamente absurda. Lembrou também que nunca até este mandato as actas retrataram tão bem o que se passa na Assembleia, e que a deputada Graciete Brito já afirmou durante este mandato que as actas não precisavam de ser tão pormenorizadas, conflituando com o que o seu colega da bancada Fernando Ramalho acabou de dizer. Por último

acrescentou que no anterior mandato, apesar de não existir a figura da Conferência de Representantes, estava instituído que as alterações à Acta deviam ser entregues à Mesa antes da realização da Assembleia.

Interveio em seguida o deputado Fernando Ramalho que reafirmou que na sua bancada cada eleito tem a sua ideia, pelo que é natural que a sua não seja concordante com a da sua colega de bancada. Na sua opinião as actas devem ser concisas como forma de prevenir situações de desproporcionalidade no que toca às intervenções dos vários eleitos.

A deputada Graciete Brito afirmou ser seu entendimento que as actas devam ser mais sucintas como medida preventiva para evitar melindres da parte dos eleitos que não gostem da forma como são retratados na redacção final.

Por fim, o deputado Paulo Sardinheiro propôs a protelação da votação da acta para a próxima sessão a fim de se introduzir a pergunta que dirigiu ao Presidente e respectiva resposta.

A proposta foi reprovada por maioria com 10 votos contra dos deputados das bancadas da CDU e PSD.

Posto o que se colocou à votação a acta relativa à sessão solene de 24 de Abril, tendo sido aprovada por maioria com 4 abstenções.

Fizeram declaração de voto os deputados Marco Silva, Orlando Marques e Joaquim Pais de Azevedo que justificaram o seu sentido de voto no facto de não terem estado presentes na sessão em causa.

Passou-se à votação da acta da sessão de 30 de Abril, tendo sido aprovada por maioria com 6 votos contra dos deputados eleitos pelo PS.

### **Período Antes da Ordem do Dia**

Intervenção do deputado Orlando Marques que leu um voto de pesar pelo falecimento do escritor José Saramago.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu que leu um voto de pesar sobre o mesmo assunto.

A deputada Inês D'Aguiar declarou não fazer sentido votar dois votos de pesar cujo conteúdo é idêntico.

O deputado Celestino Brasileiro sugeriu que se fundisse os dois votos num único aproveitando parágrafos dos dois.

O deputado Fernando Ramalho concordou com a proposta do deputado Celestino Brasileiro, apresentando uma proposta concreta de selecção dos parágrafos a inserir na proposta conjunta.

O voto conjunto das bancadas da CDU e PS foi posto à votação, tendo sido aprovado por maioria com voto contra do deputado Joaquim Pais de Azevedo.

Interveio em seguida o deputado Fernando Ramalho questionando a Câmara sobre as diligências que este Executivo terá feito para apurar se a Planotejo é devedora da Autarquia, tal como sempre foi preconizado pelo anterior Executivo, que defendia que o valor da dívida da Planotejo à Autarquia, derivada da execução tardia de um contrato, era superior à dívida da Autarquia a essa empresa. O deputado lembrou que o favorecimento de uma entidade privada por uma entidade administrativa pública está tipificado na lei como crime muito grave, sendo que uma das formas de favorecer uma empresa privada é não cobrar o que essa empresa deve. O deputado acrescentou que se no relatório da auditoria contratada pela Câmara se inclui no passivo o valor da dívida da Autarquia à Planotejo, também deveria aparecer na receita o valor da dívida desta empresa à Autarquia.

Assim sendo, o deputado endereçou um requerimento à Assembleia a solicitar a cópia integral dos processos de obras que foram adjudicadas à Planotejo, a fim de se apurar qual a data contratualmente prevista para término dos trabalhos, quais as prorrogações desse prazo concedidas pela Câmara Municipal, a data em que o empreiteiro deu a obra por terminada e qual o montante do custo diário de atraso sancionado.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro que apresentou uma saudação pela iniciativa conjunta de limpeza do Patacão levada a cabo por diversas associações do Concelho, nas quais se integra a A.I.D.I.A., os Dadores de Sangue, a ARPICA, o Clube Desportivo “Os Águias”, a S.F.A. 1º de Dezembro, a colectividade do Frade de Baixo, a colectividade do Casalinho, o Grupo de Cicloturismo, o Rancho Folclórico e o Grupo de Trabalhadores da Câmara Municipal, com o apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia.

Em seguida o deputado leu uma moção sobre a crise financeira mundial e sobre as medidas apresentadas pelo Governo para lhe fazer frente sob o nome genérico de PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento).

Sobre esta moção interveio o deputado Fernando Ramalho afirmando a sua intenção de votar contra este documento.

O deputado João de Brito declarou-se contra o teor do documento, uma vez que considera que o PSD não tem culpa nos factos que se constatarem, já que nos últimos 15 anos apenas governou durante 22 meses.

Interveio ainda o deputado Celestino Brasileiro declarando que, embora reconheça que a crise existe, não têm de ser os mais desfavorecidos a pagá-la. Em relação ao PSD, esse partido surge no documento porque em muitas situações alinha junto com o PS nas políticas de privatização dos serviços do Estado.

Pedi a palavra em defesa da honra o deputado João de Brito, reconhecendo que nalgumas situações o PSD alinha com as políticas do PS, mas o mesmo também acontece com a CDU, nomeadamente na questão dos homossexuais.

Posta à votação, a moção foi aprovada por maioria com 9 votos a favor e 7 contra dos deputados do PS e PSD.

A deputada Graciete Brito fez declaração de voto, declarando que votou contra não por não reconhecer a gravidade da situação, mas porque entende que a Assembleia Municipal tem muitos assuntos para discutir que dizem respeito aos destinos de Alpiarça e não está na sua mão apresentar grandes soluções para a crise internacional.

Neste ponto o Presidente da Mesa interveio tecendo algumas considerações relativamente a uma carta aberta que a deputada Graciete Brito lhe endereçou. Nessa carta a deputada dava conta da realização de três reuniões da Assembleia Municipal, o que não corresponde à realidade, uma vez que já decorreram cinco sessões. Em relação ao tratamento que a deputada recebe da sua parte, o Presidente afirmou que trata a deputada com o respeito que qualquer eleito desta casa merece. Mais à frente no documento, o Presidente da Mesa encontrou outro erro, já que a deputada cita um ofício de 24 de Abril de 2009 e não só não houve nenhum ofício de 24 de Abril como não poderia datar do ano 2009, já que o Presidente ainda não tinha sido eleito nessa altura. Depois, sobre a suposição de que o Presidente duvidaria que a deputada lhe fizesse chegar o discurso que lhe foi solicitado através de ofício sem alterações ao discurso originalmente lido, o Presidente mostrou o mesmo ofício, sem alterações, que foi enviado igualmente para a Bancada do PSD, para a bancada da CDU e para o Presidente da Câmara. Por último, sobre o facto de o Presidente não se dirigir à deputada através da forma de tratamento correspondente ao seu grau académico, o Presidente afirmou não valer a pena tecer qualquer comentário.

A deputada Graciete Brito pediu a palavra em defesa da honra, solicitação rejeitada pelo Presidente da Mesa que entende que se limitou a exercer o seu direito de resposta, esclarecendo assim algumas incorrecções da carta aberta e que, assim sendo, o assunto está encerrado.

O deputado Fernando Ramalho apresentou recurso desta decisão à Mesa.

O Presidente da Mesa disse que o deputado apresentaria o recurso no final da intervenção da deputada Inês D'Aguiar, uma vez que já tinha sido concedida a palavra à deputada.

A deputada Inês D'Aguiar apresentou uma saudação à manifestação realizada no dia 29 de Maio promovida pela CGTP. Em seguida, a deputada apresentou uma relação do número de intervenções de cada um dos eleitos desta Assembleia ao longo das 5 sessões que já se realizaram, a fim de provar que a deputada Graciete Brito não terá razão ao evocar que a Mesa não lhe dá a palavra, já que foi exactamente a deputada Graciete Brito que fez o maior número de intervenções (33), seguida do deputado Fernando Ramalho (32), e que é o Partido Socialista aquele que tem mais intervenções no global, com 76, contra 49 da CDU e 25 do PSD. Para a deputada estes dados não têm valor nenhum, mas servem para repor a verdade perante as acusações que foram dirigidas ao Presidente da Assembleia.

O Presidente da Mesa solicitou em seguida ao deputado Fernando Ramalho que fizesse chegar o recurso por escrito à Mesa.

O deputado Fernando Ramalho solicitou a suspensão dos trabalhos para poder redigir o recurso.

Afim de não comprometer a organização dos trabalhos, o Presidente da Mesa declarou ser sua intenção suspender os trabalhos mais tarde e durante 5 minutos, pelo que nessa altura o deputado Fernando Ramalho teria a oportunidade de redigir e entregar o recurso, ao que o deputado Fernando Ramalho respondeu “não é mais tarde, Sr. Presidente”».

Perante a insistência do deputado Fernando Ramalho de apresentar o seu recurso de forma oral e imediatamente, o Presidente da Mesa declarou que “desculpe, mas quem manda aqui sou eu”, afirmação que a deputada Graciete Brito solicitou que constasse em acta.

Procedeu-se à votação da saudação apresentada pela deputada Inês D'Aguiar, tendo sido aprovada por maioria com 9 votos a favor da Bancada da CDU, 1 abstenção da deputada Graciete Brito e 1 voto contra do deputado João de Brito. A restante bancada do PS não exerceu o seu direito de voto.

O deputado João de Brito fez declaração de voto, justificando a sua reprovação da saudação pelo mesmo motivo que especificou na sua declaração de voto anterior.

Intervenção da deputada Graciete Brito que justificou a carta aberta endereçada ao Presidente da Mesa na sua intenção de mostrar aos alpiarcenses que estes não fizeram a escolha certa ao elegerem um Presidente que não sabe estar à altura do seu cargo. No que toca às suas considerações sobre a utilização do título académico, a deputada afirmou que não faz questão de ser tratada pelo seu, a não ser quando alguém o utiliza ostensivamente no que toca à sua pessoa e não se norteia pelos mesmos critérios quando se dirige a outrem.

Interveio em seguida o deputado João de Brito fazendo menção a uma carta aberta dirigida à sua pessoa e publicada num blogue, cuja intenção era difamar o deputado por se sentirem melindrados com a posição política que assumiu. O deputado defende que foi eleito com a confiança dos alpiarcenses que votaram nele e que sempre tomará as suas decisões de acordo com a sua consciência e nunca traindo a confiança que depositaram nele.

O deputado pronunciou-se ainda sobre outros conteúdos publicados nos blogues, nomeadamente sobre a alegada indisponibilidade de funcionários para trabalhar nas piscinas por descontentamento em relação às chefias do Complexo. O deputado pretende saber se estas alegações são verdadeiras. Ainda relacionado com as piscinas, o deputado pediu para esclarecer se se confirma a notícia adiantada pela mesma fonte, de que as piscinas exteriores iriam abrir sem nadador-salvador.

Outras alegações publicadas no mesmo blogue dão conta da actividade ilegal e persistente de um sucateiro que, segundo a fonte, tem a conivência da vereação, já que seria familiar do Vereador Carlos Pereira. Pelo que o deputado pede esclarecimentos sobre este assunto.

Intervenção do deputado Marco Silva que começou por congratular o Executivo pelo facto de não ter limitado o número de inscrições no OTL da Câmara, ao contrário do que aconteceu nos últimos anos. Em seguida, o deputado apresentou uma moção sobre as recentes medidas que o Governo adoptou na área da educação.

Posta à votação, a moção foi aprovada por maioria com 10 votos a favor, 5 abstenções dos deputados do PS e 1 voto contra do deputado Fernando Ramalho.

O deputado Fernando Ramalho fez declaração de voto, afirmando que votou contra porque a moção se referia ao encerramento de escolas com menos de 21 alunos em todo o território nacional, medida com a qual concorda,

muito embora entenda que cada situação tem a sua especificidade, pelo que votaria a favor se a moção se referisse às escolas do Concelho de Alpiarça.

A deputada Graciete Brito fez declaração de voto. Absteve-se nesta votação porque compreende a preocupação dos pais das crianças que com estas medidas serão deslocadas, embora seja da opinião de que as escolas demasiado pequenas não são benéficas para os alunos. Assim sendo, num Concelho tão pequeno como Alpiarça e com a construção do novo Centro Escolar com capacidade para receber todas as crianças do Concelho, não se justifica que as escolas dos Lugares continuem abertas.

Declaração de voto do deputado João de Brito, que afirmou ter votado a favor desta moção porque não concorda que seja benéfico para uma criança ter de se levantar de madrugada para poder chegar a horas à escola que fica às vezes a mais de 30km de distância do lugar onde vive.

Interveio em seguida a deputada Ana Margarida do Céu questionando o Executivo sobre o protocolo celebrado com o Clube Desportivo “Os Águias”. A deputada pretende saber qual o valor proveniente das receitas das piscinas atribuído mensalmente ao respectivo clube. A deputada questionou ainda o Executivo sobre a forma como está a ser feita a manutenção dos contentores do lixo, uma vez que alguns dos contentores apresentam um cheiro demasiado intenso.

Intervenção da deputada Graciete Brito que se referiu à propaganda partidária do Partido Comunista cujos cartazes estarão afixados para além do tempo legítimo para essa exposição e após a realização dos eventos para os quais fazem publicidade. A deputada referiu-se também àquilo que considera ser o uso abusivo do nome de Alpiarça nas designações que o PCP dá aos eventos por si realizados. A deputada refere-se nomeadamente ao nome da festa da CDU, “Alpiarça em Festa”, considerando que não era Alpiarça que estava em festa mas a CDU de Alpiarça. Neste ponto a deputada pôs em causa a proveniência do dinheiro que pagou a referida festa.

Sobre o OTL, a deputada regozija que todas as crianças possam participar nele, mas questionou sobre as condições em que está a decorrer, nomeadamente em termos do rácio de número de crianças por monitor, deslocações, etc. A deputada afirmou terem-lhe chegado ecos de que as coisas não estariam a correr da melhor forma possível.

Também lhe fizeram saber que as entradas no Museu não estão a ser cobradas. A deputada sugeriu que se existe impedimento legal para cobrar as entradas seria interessante agendar as visitas para depois de ultrapassado esse impedimento.



A deputada comunga da mesma preocupação do deputado João de Brito no que se refere às condições em que as piscinas exteriores vão abrir, e pergunta se também aí, pela mesma ordem de ideias, não vão ser cobradas as entradas, e a quem se destinam as receitas que possam advir da utilização das piscinas por parte dos utentes.

Outra questão levantada pela deputada tem a ver com pequenas obras que a Câmara está a efectuar. A deputada não concorda com a alegada construção de pequenos muros e alegou que, segundo lhe comunicaram, os funcionários da Autarquia estariam a pintar muros particulares.

Alertou ainda para a situação em que se encontram os passeios da zona alta da Vila que, segundo a deputada, estão cobertos de erva.

Antes de terminar, e evocando a política de contenção adoptada por este Executivo, a deputada questionou a razão de o Executivo ter contratado o que considera ser um número excessivo de pessoas para trabalhar no Gabinete de Apoio ao Executivo. A deputada sugeriu que esses cargos poderiam ser desempenhados por pessoas já afectas à Câmara.

Por último, a deputada perguntou se o Executivo já teria alguma indicação que desse conta que as escolas dos Lugares vão mesmo fechar.

Intervenção do deputado Lúcio Amaral inquirindo sobre o futuro da Rotunda do Frade de Cima que se encontra há algum tempo sem água e sem iluminação. Inquiriu também sobre as intenções do Executivo no que toca à Rua Josué Peralta e sobre a limpeza das valetas e dos passeios na Rua 25 de Abril que, segundo o deputado, só chega a metade da rua. Por último, o deputado questionou sobre as lombas no Frade de Cima que foram promessa eleitoral e que até agora ainda não foram construídas.

Em seguida interveio o deputado Henrique Santana que questionou o Executivo sobre o custo do Boletim Municipal publicado durante o exercício deste mandato em comparação com o custo do último Boletim publicado no mandato anterior.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro que se pronunciou em relação à solicitação da deputada Graciete Brito de transcrever em acta a frase que o Presidente da Mesa proferiu e que em cima se transcreve, evidenciando que a deputada pretende retirar a frase do contexto em que foi proferido e lembrando que foi no mandato do Presidente Mário Santiago, responsável por tal frase, que se restituiu a voz aos alpiarçenses dando-lhes oportunidade de se pronunciarem na Assembleia Municipal.

Em relação à festa que o PCP organizou no Parque do Carril, o deputado realçou que se tratava de uma festa aberta a toda a população de Alpiarça e a todas as facções políticas, e que a deputada Graciete Brito não

tinha legitimidade para questionar o nome que os militantes do PCP escolhem para as suas festas.

Por último, o deputado manifestou a intenção de clarificar se a deputada Graciete Brito teria levantado dúvidas sobre a proveniência do dinheiro que pagou a festa do PCP.

O Presidente da Mesa questionou a deputada sobre este assunto. A deputada Graciete Brito colocou a questão de forma directa, tendo obtido resposta por parte dos elementos da Bancada da CDU que afirmaram que quem pagou a festa do PCP foi o PCP. A deputada deu-se por esclarecida.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro que questionou o Executivo sobre uma possível futura intervenção durante o período de férias escolares na Escola E.B. 1, JI de José Relvas, que segundo o deputado não se encontra nas melhores condições.

Intervenção do deputado João de Brito precisando a intervenção do deputado Celestino Brasileiro que se esqueceu de dizer que a proposta para voltar a dar voz aos alpiarceses na Assembleia Municipal foi uma proposta conjunta da CDU e do PSD.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo para responder às questões que lhe foram colocadas.

O Presidente da Câmara começou por responder às questões colocadas pelo eleito Fernando Ramalho, dizendo que os processos de obras da Câmara são públicos, salvo algumas situações excepcionais e que o deputado terá oportunidade de consultar os documentos solicitados na Câmara. Os processos encontram-se neste momento no Gabinete Jurídico para análise e se for considerado pertinente a Câmara tomará as diligências necessárias no sentido de fazer valer os seus direitos. No entanto, o Presidente afirmou ter uma visão muito particular do assunto, já que não tem por hábito mandar fazer obras, não as pagar e depois ainda exigir indemnizações. Ainda sobre a Planotejo e a não contestação dos acórdãos do tribunal, o Presidente lembrou o deputado de que o despacho que a anterior Presidente de Câmara deu ao documento com a sentença do tribunal tinha apenas escrito “Ao Gabinete Jurídico”, do que pouco se pode depreender sobre a vontade de contestar a acção. Em todo o caso, o Presidente adiantou que o assunto estaria a ser analisado pelo novo Gabinete Jurídico a fim de perceber se há alguma coisa que possa ser contestada.

Quanto à suspeita levantada pelo deputado João de Brito de que haveria funcionários que não queriam trabalhar nas piscinas, o Presidente limitou-se a afirmar que não tem conhecimento de nenhum facto que permita fazer essa acusação. Em todo o caso, o Presidente faz votos de que o deputado João de

Brito não tome todas as opiniões que vê expressas em blogues como factos confirmados.

Em relação ao alegado sucateiro, o Presidente reconheceu ter ouvido falar do assunto, até porque lhe remeteram para a caixa de correio electrónico várias denúncias anónimas sobre a alegada actividade desse indivíduo. Essas mensagens foram encaminhadas para a fiscalização municipal para averiguar se têm algum fundo de verdade.

Passando às perguntas colocadas pela deputada Graciete Brito, o Presidente afirmou que a pertinência dos cartazes de propaganda política diz apenas respeito às forças políticas que os colocam, acrescentando que a Câmara de Alpiarça não intervirá ilegítimamente na propaganda política, ao contrário do que se passava no anterior mandato. A remoção de cartazes por parte das Autarquias é, segundo o Presidente, inconstitucional e representa uma repressão grave das liberdades democráticas.

Já quanto às condições em que o OTL está a ser gerido, o Presidente explicou que existe um regulamento próprio que faria chegar à deputada acompanhado de algumas notas fornecidas pelos técnicos sobre essa questão.

Sobre as entradas no Museu não estarem a ser cobradas, o Presidente explicou que não só não estão a ser cobradas no Museu como não estão a ser cobradas em nenhum outro serviço da Autarquia para o qual estejam definidas taxas a cobrar aos munícipes devido a impedimento legal. A razão desse impedimento prende-se com o facto de a Câmara não ter feito aprovar a tempo o regulamento de taxas e licenças que só hoje vem a Assembleia Municipal para ratificação. O Presidente explicou que se trata de um processo que deriva da imposição legal da necessidade da fundamentação económico-financeira das taxas a cobrar.

Essa lei está aprovada desde final de 2006 mas só no final do último mandato a Câmara tomou as diligências necessárias à prossecução da conformidade com a lei através da contratação de uma empresa que aplicasse as fórmulas previstas para a obtenção do valor das taxas e licenças. Os procedimentos que levariam à prossecução da conformidade com a nova lei eram de tal forma complexos que o Governo apanhou uma grande parte das autarquia em incumprimento, pelo que decidiu, em finais de 2009, prorrogar o prazo de aprovação de taxas e licenças até Abril de 2010. Entretanto a empresa terminou o estudo de fundamentação das taxas; este foi aprovado em reunião de Câmara e submetido a discussão pública e vem agora à Assembleia para ser ratificado. Neste período a Câmara não cobrou nenhuma taxa ou licença por sugestão colhida num parecer jurídico que a Autarquia pediu ao seu gabinete jurídico e que afirmava que a Câmara não podia cobrar taxas enquanto este documento não estivesse aprovado pela Assembleia Municipal e publicado no Diário da República.

Quanto à sugestão de marcar visitas para outra altura, o Presidente declarou que, em sua opinião, os utentes não terão de ser prejudicados por uma falha da autarquia.

Quanto às receitas das piscinas exteriores, elas destinam-se integralmente à Autarquia, estando por isso fora da abrangência do protocolo entre a Câmara e o C. D. “Os Águias”.

Sobre as pequenas obras e pinturas de muros, o Presidente afirmou que tem havido um esforço na tentativa de recuperar uma certa imagem de Alpiarça que lhe devolva um aspecto mais cuidado. Sobre a alegada pintura de muros particulares por parte dos funcionários da Autarquia, o Presidente declarou não ter conhecimento de nenhum caso, mas comprometeu-se em averiguar o fundo de verdade de tais afirmações.

O Presidente reconheceu o problema do crescimento de ervas nos passeios, lembrou no entanto que as condições atmosféricas a isso foram propícias, agravando a situação o facto de a varredora da autarquia ter estado parada por avaria e a necessidade pontual de afectar pessoal da limpeza à cantina da E.B. 1. Entretanto estas situações já foram resolvidas, pelo que tudo deverá voltar à normalidade.

Neste ponto o Presidente da Mesa interrompeu o Presidente por imposição regulamentar para colocar à votação a continuação desta sessão depois da meia-noite.

Foi aprovado por maioria a continuação da sessão com a oposição dos deputados Fernando Ramalho e Graciete Brito.

O Presidente da Câmara continuou a sua intervenção, explicando à deputada Graciete Brito que o Gabinete de Apoio à Presidência está constituído ao abrigo da lei e de acordo com a opção política do Executivo Camarário. O Presidente lembrou que a lei prevê ainda a ocupação de mais um cargo, mas que o Executivo não entendeu necessário preencher o lugar.

Em relação ao encerramento de escolas, o Presidente deu conta da comunicação por parte da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo da intenção de encerrar a escola E. B. 1 do Casalinho, bem como a cessação da licença excepcional de funcionamento da Escola E. B. 1 do Frade de Cima. Entretanto o Presidente reuniu com os encarregados de educação destes dois estabelecimentos sobre a possibilidade de os seus filhos virem a frequentar a escola do Frade de Baixo e do Agrupamento. Além disso, o Presidente e o Vereador Carlos Pereira estiveram em Lisboa reunidos com o

Secretário de Estado da Educação e com o Director Regional de Educação para tentar chegar a acordo sobre este assunto. Também chegou por estes dias um despacho da Associação de Municípios que dava a entender que as escolas só fechariam se não houvesse oposição por parte das Autarquias. Com todas estas indefinições é imperativo que a Câmara, juntamente com os pais e com a população de Alpiarça, continue a acompanhar de perto a situação, pelo que já está agendada uma reunião no Frade de Cima e outra no Casalinho.

Posto o que o Presidente passou a responder às questões colocadas pelo deputado Lúcio Amaral, reconhecendo a situação relatada pelo deputado no que toca à rotunda do Frade de Cima e manifestando a sua intenção de intervir nessa área o mais rapidamente possível e assim que terminem os trabalhos de limpeza entretanto começados. Lembrou também que essa situação foi herdada por este Executivo, acrescentando que já se apresentou uma candidatura que visa a intervenção na zona que medeia o Jardim Infantil e a Escola Primária. Igualmente objecto de uma candidatura que visa intervenções de requalificação são as ruas Josué Peralta, Norton de Matos e São Martinho, na qual se insere a rua citada pelo deputado e cujos trabalhos foram interrompidos ainda durante o mandato anterior. Quanto à limpeza de passeios e valetas, o Presidente comprometeu-se em averiguar o que estará a falhar, e em relação às lombas, reconhece que está em falta, mas acrescenta que é uma intervenção que terá lugar com a brevidade possível.

Relativamente à questão colocada pelo deputado Paulo Sardinheiro, o Presidente reconheceu que a escola E.B.1/JI de Alpiarça está num estado avançado de degradação, sobretudo em termos de imagem, pelo que o Executivo já tem agendada uma intervenção para o período de interrupção lectiva, intervenção cujas directrizes foram fixadas pelo Gabinete Técnico da Autarquia após vistoria realizada ao edifício e zona circundante.

O Vereador Carlos Pereira respondeu ao deputado João de Brito lembrando-lhe o que este disse sobre a fiabilidade das acusações que a ele se dirigiam no blogue em causa, transpondo essa declaração para os casos citados pelo deputado e com origem na mesma plataforma comunicativa. Sobre o nadador-salvador, o Vereador adiantou que já reuniu com a futura nadadora-salvadora e com um vigilante que assegurarão a segurança nas piscinas municipais neste Verão. Em relação ao Encarregado a exercer funções nas piscinas, este também pode exercer a função de vigilante uma vez que já ultrapassou a idade legal para a reciclagem do curso de nadador-salvador.

No que toca ao suposto laço familiar entre o Vereador e o alegado sucateiro, o Vereador garantiu que não faz ideia se esta afirmação é verdadeira, mas que iria perguntar aos seus pais e depois daria uma resposta ao deputado.

Em relação ao rácio crianças por monitor no OTL, o Vereador adiantou o número de 8 crianças por cada monitor.

Por último, no que toca ao custo do boletim apresentado pelo Executivo em Abril, este teve um custo de 2.852,00€. As publicações congéneres apresentadas pelo anterior Executivo durante o último ano de mandato nos meses de Agosto e de Outubro tiveram respectivamente um custo de 8.723,00€ e de 9.080,00€.

Para responder às restantes questões interveio o Vereador Mário Peixinho que começou por explicar que a limpeza dos contentores está a ser feita de mesma forma que era feita no anterior mandato, embora seja sua intenção alterar essa situação. Sobre esse assunto lembrou ainda que o anterior Executivo comprou em 2008 um atrelado que transportaria vários contentores ao mesmo tempo, maximizando o trabalho de limpeza, mas que até hoje nunca foi usado porque é demasiado grande para muitas das ruas de Alpiarça.

Em relação à alegada pintura de muros particulares por funcionários da Autarquia, o Vereador pediu para lhe fazerem chegar a informação sempre que lhes reportassem casos desse género.

Sobre os muros que a Autarquia está a construir, o Vereador lembrou que os muros também servem para proteger as pessoas, referindo-se ao muro que separa o parque de merendas junto da barragem e a Estrada Nacional 118, impedindo que crianças e os cães que lá são levados a passear atravessem a estrada.

Em relação aos trabalhos na Rua Josué Peralta, eles estão parados porque faltam materiais que entretanto já foram encomendados. No entanto, nem sempre é fácil garantir a recepção de uma encomenda já que os fornecedores perderam muita confiança na capacidade da Autarquia para pagar as suas dívidas correntes.

As lombas no Frade de Cima ainda não foram feitas precisamente porque ainda não chegou o alcatrão que a Câmara encomendou. Entretanto a Câmara de Almeirim já se disponibilizou para ensinar os funcionários da Autarquia a fazer as lombas que eles próprios aplicaram com sucesso no seu Concelho.

Seguiu-se intervenção do deputado João de Brito que esclareceu a sua intervenção anterior dizendo que não afirmou que o sucateiro era familiar do Vereador mas que simplesmente citou o que leu e pediu esclarecimentos sobre isso.

O Presidente da Mesa passou a ler a interposição de recurso apresentado pelo deputado Fernando Ramalho que recorria da decisão da mesa de não conceder à deputada Graciete Brito a oportunidade de exercer direito de defesa da honra.

Na sua fundamentação do recurso o deputado Fernando Ramalho acusou o Presidente da Mesa de violar ostensivamente o regulamento da Assembleia ao não permitir a apreciação do recurso imediatamente após a decisão impugnada, como se prevê no regulamento, e ao não conceder a palavra em defesa da honra à deputada Graciete Brito, o que constitui outra violação regimental.

Intervenção do deputado Joaquim Pais de Azevedo que pediu para se registar em acta a história que contou relativa ao ano de 1975 em que o seu pai e a sua família foram obrigados a parar em Alpiarça, por imposição miliciana, a fim de se proceder a uma revista ao carro em que circulavam, e o conseqüente desvio que o seu pai se impôs a si mesmo de cada vez que precisavam de ir às terras das quais são detentores na charneca de Alpiarça, terras que foram obrigados a defender no Verão de 1975 da ocupação ilícita que delas pretendiam fazer.

O Presidente da Câmara lamentou as situações vividas pelo deputado na sua infância, contingências do período histórico conturbado que o país atravessada.

O deputado Fernando Ramalho invocou o regimento para usufruir da palavra. O Presidente da Mesa não lha concedeu, dando a palavra ao Presidente da Câmara para terminar a sua intervenção.

A deputada Graciete Brito interrompeu o Presidente da Câmara, tendo declarado em seguida que na confusão que se gerou alguém na assistência a tinha ofendido.

O Presidente da Assembleia deu de novo a palavra ao Presidente da Câmara que abdicou da intervenção que tinha preparada sobre as acusações que lhe foram dirigidas no boletim que o Movimento Alpiarça é a Razão publicou. Essa renúncia deriva do adiantado da hora e da necessidade de discutir os assuntos que dizem respeito directamente ao funcionamento do Município, acusando o PS de estar a fazer os possíveis para protelar as discussões importantes que estavam agendadas na ordem de trabalhos.

Posto o que o Presidente da Mesa colocou o recurso apresentado pelo deputado Fernando Ramalho à votação. O recurso foi reprovado por maioria com 10 votos contra dos deputados da CDU e PSD.

## **Período da Ordem do Dia**

**Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro.**

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro perguntando se a dívida a curto prazo seria uma dívida para pagar até ao final do ano ou se seria uma dívida a 12 meses. Relativamente à dívida de médio/longo prazo, o deputado deu conta de um aumento no valor de 125.000,00€ e pretende saber a que é que se deve esse aumento.

O Presidente da Câmara teceu alguns comentários à actividade da Câmara antes de passar a palavra para o Vereador Carlos Pereira para responder às perguntas do deputado Paulo Sardinheiro. O Presidente destacou uma reunião tida com a empresa Texas, instalada na Zona Industrial, na qual o responsável anunciou que a empresa estaria interessada em expandir as actuais instalações e aumentar a sua produção, o que terá como consequência a colocação de mais trabalhadores. Destacou também que, após dois anos sem avaliação dos funcionários, a Câmara está a percorrer os passos necessários para implementar a avaliação da forma que decorre da imposição legal. O Presidente salientou ainda uma iniciativa de um grupo de municípios que visava a limpeza do Patacão, iniciativa com a qual a Câmara colaborou com toda a satisfação disponibilizando alguns equipamentos.

O Vereador Carlos Pereira respondeu às questões do deputado Paulo Sardinheiro dizendo que a diferença existente na dívida a longo prazo traduz o empréstimo que a Câmara contraiu para a construção do Centro Escolar. Quanto às dívidas a curto prazo, trata-se de dívidas correntes de pagamento a fornecedores e que em princípio nunca deverá ultrapassar os 12 meses para o seu vencimento.

**Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de alteração do PDM (Plano Director Municipal).**

Sem intervenções, a proposta foi aprovada por unanimidade.

**Ponto 3 – Apreciação e votação do Projecto do Regulamento do Serviço Municipal de Protecção Civil de Alpiarça.**



Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu que chamou a atenção para uma questão de redacção no que dizia respeito à designação a adoptar quanto ao representante do Centro de Saúde de Alpiarça mediante a reestruturação que os centros de saúde foram alvo.

O Presidente da Câmara explicou que essa dúvida já tinha surgido em Reunião de Câmara e que se escolheu esta designação para prevenir as constantes reformulações que os governos fazem nesta área.

Posto à votação, o regulamento foi aprovado por unanimidade.

#### **Ponto 4 – Apreciação e votação da Tabela de Taxas e Licenças para o ano 2010. Proposta de projecto de Regulamento Geral de Taxas, Preços e Receitas do Município de Alpiarça. Tabela de Taxas, Fundamentação Económica e Financeira e Fundamentação de Isenções e Reduções.**

Intervenção do deputado Fernando Ramalho que perguntou ao Executivo se a empresa contratada para calcular os custos dos serviços e definir as taxas tinha algum prazo para conclusão do trabalho e se o cumpriu. O deputado queixou-se ainda do tamanho da letra impressa no documento que por ser pequena lhe dificultou a leitura. Assim, não podendo comprová-lo ele mesmo, perguntou se esta nova tabela se traduz num aumento ou numa diminuição das taxas a cobrar aos munícipes.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro que quis saber qual o critério para o apuramento das taxas, no sentido de perceber se cada taxa foi analisada separadamente na sua especificidade ou se se optou por adoptar um aumento indiscriminado de 1% em todas as taxas.

O Presidente da Câmara passou a responder às questões que lhe foram colocadas. Quanto ao prazo para conclusão do trabalho, o Presidente confirmou que ele existia, mas que a empresa invocou um conjunto de incumprimentos processuais por parte dos serviços na disponibilização atempada da informação, o que justificaria o atraso no processo.

Em relação ao aumento das taxas, o Presidente explicou que com a fundamentação económica das taxas, fazendo-lhe imputar o custo do serviço com todos os custos associados, as taxas dispararam para valores muito elevados relativamente aos que eram anteriormente praticados. Perante este cenário, cabe às autarquias intervir moderando ou não a taxa a aplicar consoante aquilo que considere ser serviços a incentivar ou a desincentivar. O Presidente afirmou que, conquanto estes estudos possam ter algum mérito, o seu objectivo é confrontar os utentes com o suposto custo real e convencê-los de que terão de começar a pensar em pagá-lo na totalidade, segundo o princípio do utilizador/pagador. A Câmara não concorda com esse princípio e

por isso deu indicação para não aumentar alguns serviços na proporção de 1%, que foi o aumento que a Autarquia achou razoável para se ajustar à inflação, por um lado, e para não sobrecarregar os munícipes, por outro. Assim, há serviços que foram aumentados em 1% e outros que mantiveram o valor em relação ao ano transacto. No fundo, a lógica que subjaz a esta tabela é a aplicação da lei, mas não fazendo pesar sobre os contribuintes custos elevadíssimos pelos serviços prestados.

Interveio uma segunda vez o deputado Paulo Sardinheiro afirmando que concorda com algumas opções políticas ao nível das taxas que, a serem aplicadas ao custo real, tornariam o acesso a determinados serviços muito oneroso para os munícipes, mas adianta que o documento produzido pela empresa que fez este estudo deve ser utilizado como orientação de forma a otimizar os processos para que a actividade da Câmara seja menos onerosa. Nessa medida, e tendo em conta que a Câmara vai fazer aprovar um projecto de saneamento financeiro da Autarquia, o deputado é da opinião de que a Câmara devia olhar com atenção para o roteiro financeiro e tentar perceber onde pode ganhar mais receita para o Município, a fim de poder depois aplicá-la noutros serviços como as escolas, por exemplo.

Intervenção da deputada Graciete Brito declarando que é com agrado que vê que o Presidente e os restantes eleitos da CDU chegaram finalmente à conclusão de que os serviços têm de ser pagos e que há este princípio do consumidor/pagador. E a deputada folga tanto mais que assim seja quanto na altura em que exercia funções nesta Assembleia essa ideia era veementemente contestada, já que os eleitos da CDU sempre lutaram contra qualquer proposta de aumento de taxa. Relativamente ao documento em causa, a deputada afirmou a intenção de se abster porque devido ao tamanho da letra também não conseguiu analisar o documento em pormenor.

Interveio novamente o deputado Fernando Ramalho que perguntou se este novo documento inclui alguma taxa nova, cujo custo tenha sido apurado pelo trabalho da empresa que redigiu o mapa, ou se se trata da averiguação dos custos inerentes aos serviços já existentes e cujas taxas já tinham sido aprovadas em Assembleia.

O Presidente da Câmara interveio esclarecendo a deputada Graciete Brito sobre aquilo que julga ter sido uma má interpretação que esta terá feito das suas palavras, já que não se pode depreender das suas palavras que o Presidente tenha sido convertido ao princípio do utilizador/pagador, pelo contrário, foi aplicado às taxas existentes um aumento de um valor residual exactamente por respeito à ideia de que os serviços públicos são uma competência do município e os munícipes não devem ser penalizados pela aplicação de novos critérios no cálculo das taxas. O Presidente admitiu simplesmente que nalguns casos em que não está em causa uma vertente

social do serviço público se considere no futuro um factor de desincentivo a essas taxas. Em relação à questão do deputado Fernando Ramalho, o Presidente explicou que se trata apenas da actualização das taxas que já existiam de acordo com a nova legislação.

Posto à votação, este ponto foi aprovado por maioria com 6 abstenções da Bancada do PS.

Declaração de voto do deputado Paulo Sardinheiro que justifica o seu sentido de voto no facto de se ter perdido uma oportunidade de começar já este ano a recuperar dinheiro que tanta falta faz ao município. Para o deputado, o Estado tem tendência para exigir estudos e consultadorias das quais depois não se tira partido, pelo que esses estudos representam apenas gasto de dinheiro e não servem para nada.

#### **Ponto 5 – Apreciação e votação de proposta de alteração do mapa de pessoal.**

Intervenção da deputada Graciete Brito que pretende saber se este documento representa uma verdadeira alteração do mapa de pessoal, com a contratação de novos funcionários para ocupar cargos agora criados, ou se é meramente um documento de preenchimento de lugares por pessoas que eventualmente já os estão a ocupar, legalizando situações de pessoas que já estariam contratadas e que passariam agora para o quadro. Em todo o caso, a deputada admirou-se com o número de funcionários da autarquia e com o peso que esses funcionários representam nas despesas do Município.

Intervenção em seguida o deputado Fernando Ramalho pedindo esclarecimentos sobre a necessidade da aprovação pela Assembleia desta proposta de alteração do mapa de pessoal. Na leitura que fez do documento, o deputado não encontrou nenhuma criação de lugares no quadro, tratando-se apenas do preenchimento de lugares criados mas não preenchidos. Sendo esse o caso, não existe necessidade de fazer aprovar a proposta pela Assembleia Municipal. Por outro lado, o deputado mostrou-se céptico em relação ao argumento de que a colocação destas pessoas com contrato a termo indeterminado estaria cabimentada, já que esta proposta representa, segundo o deputado, um aumento considerável da despesa do Município. Por fim, o deputado detectou que ainda existem lugares por preencher no mapa do pessoal e perguntou se é intenção da Câmara reformular o mapa retirando esses lugares ou se ainda pretende fazê-los ocupar.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro referindo a previsão constante no mapa para a criação de 4 postos de trabalho na secção sociocultural e património cultural. O deputado pretende saber se existe algum projecto de desenvolvimento cultural definido que legitime a contratação destas 4 pessoas.

O deputado Fernando Ramalho tornou a usar da palavra para perguntar se os funcionários que vão passar a tempo indeterminado são exactamente aqueles que já desempenham estas funções, ou se existirá um concurso, podendo dar-se o caso de a pessoa que vai ocupar o lugar não ser aquela que agora está a ocupá-lo.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar mostrando-se surpresa pelo facto de um jurista como o deputado Fernando Ramalho ter uma dúvida sobre uma questão que subentende uma ilegalidade, como ele muito bem deveria saber. Para integrar uma pessoa em qualquer serviço da Administração Pública tem de existir um procedimento concursal, pelo que a contratação de pessoal passará sempre pela abertura de um concurso público que deverá seguir os trâmites estipulados por lei.

O deputado Fernando Ramalho pediu a palavra em defesa da honra. O deputado afirmou que conhece perfeitamente os procedimentos legais, mas que isso não vem especificado na proposta. Por isso pediu ao Executivo que explicasse de viva voz aquilo que ele julga saber. Para o deputado, é importante que as pessoas que ocupam estes lugares saibam que vão ser sujeitas a concurso.

O Presidente da Mesa deu a palavra em seguida ao Presidente da Câmara. O Presidente começou por explicar que esta proposta se destina a alterar o mapa de pessoal e que por essa razão vem à Assembleia Municipal. Quanto a quem se destinam estes concursos, o Presidente explicou que neste momento eles destinam-se a pessoas em abstracto que desempenharão as funções para as quais forem admitidas. O Presidente explicou que existe uma série de serviços da autarquia que funcionam com gente contratada em regime de contrato a termo certo. Sendo esses serviços fundamentais ao bom funcionamento da Autarquia, o Presidente considera justo que as pessoas que ocuparem esses cargos possam usufruir de um contrato que lhes dê alguma estabilidade e segurança no que respeita ao vínculo com a entidade patronal.

O Vereador Carlos Pereira informou os deputados que existem novos cargos em relação ao que existia anteriormente. Trata-se da abertura concursal para a contratação de um fiscal de obras, necessidade que resulta de uma recomendação do inspector da IGAL, e da ocupação do lugar de Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira que, por lapso, era dado como ocupado aquando da elaboração do último mapa de pessoal.

O Presidente da Câmara retomou a palavra dizendo que não consegue perceber a preocupação de alguém da Bancada do PS em relação ao número de funcionários da autarquia, quando foi precisamente a gestão PS que criou um encargo excessivo com pessoal para a Câmara com a integração de 40

novos funcionários pela assunção das responsabilidades com a educação que cabiam à Administração Central. Em relação aos custos acrescidos que esta alteração possa acarretar, o Presidente descansou os deputados dizendo que não haverá aumento de custos uma vez que as funções já eram anteriormente desempenhadas, podendo até haver redução de custos já que estas alterações podem suprir necessidades que são neste momento cobertas com trabalho extraordinário que comporta elevados custos para a Autarquia. Quanto aos postos de trabalho na área sociocultural e o presumível projecto cultural que legitime estas contratações, o Presidente explicou que estes cargos são inerentes ao projecto de dinamização permanente da Casa dos Patudos.

Intervenção do deputado João de Brito que sugeriu que os 198 funcionários que ocupam outros tantos lugares na Autarquia fizessem o trabalho respeitante às funções requeridas para os 56 lugares ainda a ocupar ou ocupados com contrato a termo certo, a fim de a Câmara poder poupar nas despesas com o pessoal.

Intervenção da deputada Graciete Brito que, em relação à transferência de competências na área de educação, questionou o Executivo sobre a proveniência das verbas relativas aos vencimentos dos funcionários afectos às escolas. Porque se as verbas não forem transferidas pelo Ministério para a Autarquia, então a deputada concorda com o Presidente e admite que a Câmara fez um mau negócio; caso contrário, esse aumento de pessoal não corresponderá a um aumento real das despesas.

O deputado Paulo Sardinheiro reportou-se à sua experiência no sector privado, afirmando que pode haver vantagem em criar quotas para contratos a tempo indeterminado e para contratos a termo certo, a fim de se estimular a renovação de quadros e a mobilidade e também como forma de permitir um ajuste do pessoal às necessidades produtivas. O deputado defende uma percentagem de quadros a tempo certo para que haja uma renovação constante permitindo que jovens que andam à procura de primeiro emprego possam utilizar a Câmara como alavanca para ganharem competências e se lançarem numa carreira mais promissora.

O Presidente da Câmara começou por dizer que não tem esta concepção empresarial do serviço público, até porque não concebe os funcionários da Câmara como pessoas em trânsito à procura de uma carreira mais promissora – o que a acontecer será por iniciativa própria do funcionário. Trata-se, isso sim, de criar condições de estabilidade, cortando na lógica de trabalho precário que impera nalgumas concepções ideológicas e políticas das quais o Presidente se afasta.

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 1 abstenção do deputado João de Brito.

## **Ponto 6 – Apreciação e votação do Plano de Saneamento Financeiro.**

Intervenção do deputado Fernando Ramalho que propôs o adiamento desta discussão para uma outra sessão dado o adiantado da hora e a importância do documento em apreciação.

Posta à votação, a proposta do deputado Fernando Ramalho foi reprovada por maioria com 10 votos contra dos deputados da CDU e PSD.

Intervenção da deputada Graciete Brito que se referiu ao título escolhido para o plano de saneamento apresentado pelo Executivo – “Uma Década para Recuperar Alpiarça” – como um título infeliz na medida em que um Executivo é eleito por apenas 4 anos. Para a deputada não faz sentido propor um título desta natureza não só porque pressupõe a continuidade do Executivo, o que dependerá sempre da vontade dos alpiarçenses, mas também porque entende que Alpiarça não precisa de ser recuperada. A deputada acrescentou que este plano é um decalque da auditoria realizada pela POC-Alentejo e que gostaria de ter comparado essa auditoria com o relatório da IGAL, ao qual não teve acesso. Para a deputada, trata-se de um plano demasiado vago e sem objectivos muito claros, já que não se percebe pela leitura do plano o que é que a Câmara vai fazer aos 6 milhões de euros que vai pedir emprestados ao banco, e onde é que se encaixa nele o programa eleitoral da CDU. A deputada terminou dizendo que este plano vai condenar Alpiarça a dez anos de inacção.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho que começou por lembrar que o elevado passivo da Câmara deriva de uma política de investimento cuja obra se pode ver. Realçou ainda que este plano proponha a aplicação das taxas máximas nos impostos para os quais a CDU sempre reclamou preços mais acessíveis, justificando tal mudança de opinião na ultrapassagem dos limites legais de endividamento, como se quando a CDU estava na oposição não soubesse que os limites já estavam ultrapassados. O deputado lamenta a inconstância nas posições da CDU que oscilam consoante esta força política está no poder ou na oposição. Para o deputado o único objectivo deste plano é ir buscar os 6 milhões de euros ao banco, agravando dessa forma a dívida da Câmara e permitindo à CDU gerir mais folgadoamente os destinos de Alpiarça, pelo menos durante os próximos 4 anos.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro criticando também o título do documento que classifica de slogan político. Sobre a dívida à ADSE, cujo valor não pára de aumentar, o deputado pretende saber se esta entra no pacote que vai ser pedido ou se é tratada à parte, já que aparentemente tem características bastante distintas da restante dívida. O deputado entende que este plano vai apenas juntar mais 6 milhões de euros a uma dívida cujo custo

total já é enorme, seguindo assim a via mais fácil ao transformar a dívida a curto prazo em dívida a longo prazo, permitindo a Câmara ganhar mais folga para gerir o quotidiano da Autarquia. No entanto, a declaração de desequilíbrio financeiro vai ter as suas consequências no que toca a um conjunto de obrigações que a Câmara vai ter de assumir em termos de redução de despesa e em termos de limitação de actuação, pelo que o deputado mostrou a sua preocupação pelo futuro de alguns serviços da Autarquia, nomeadamente no que toca às escolas, às iniciativas desportivas ou mesmo no que toca ao pessoal. Assim, tendo em conta a gravidade do que está em causa, o deputado sugeriu que seria muito importante pedir uma segunda opinião sobre este assunto. Relativamente à proposta de cortes nas despesas, o deputado entende que estes são demasiado generalistas e que não representam cortes significativos.

Intervenção do deputado João de Brito que afirmou que um plano financeiro só subsiste se existir corte nas despesas e aumento das receitas, condição que o plano de saneamento agora apresentado não parece pressupor. Para o deputado, um empréstimo de 6 milhões de euros só para pagar as despesas correntes não é solução para o problema financeiro da Autarquia. Assim, o deputado vai votar contra este documento.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro afirmando que quem quer que ganhasse as eleições deparar-se-ia com uma situação insustentável do ponto de vista financeiro, pelo que é da opinião de que neste momento não haveria outra solução para a Câmara poder funcionar de forma normal.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar, para quem a implementação deste plano de saneamento se afigura como uma atitude responsável da parte do Executivo, de quem não se podia esperar outra coisa, uma vez que se trata da única solução viável; não deixando contudo de reconhecer que uma decisão desta natureza não pode ser tomada de ânimo leve. A deputada referiu-se também à intervenção do deputado Paulo Sardinheiro, que, segundo a deputada, ainda não conseguiu perceber a diferença entre a gestão de uma empresa privada e a gestão de uma Autarquia, realçando que o problema da Câmara não é o plano de saneamento financeiro, mas aquilo que obriga a implementá-lo e que é a grave situação em que a gestão do PS deixou a Autarquia. A deputada lamentou ainda que o PS não apresente outra solução além do pedido de uma segunda auditoria, com todos os custos associados, e teceu alguns comentários sobre as medidas propostas pelo PS no seu boletim para o aumento da receita e redução da despesa. Nesse documento, criticando a alegada decisão fácil de avançar para o plano de saneamento financeiro, o PS propõe soluções tão complexas e profundas como passar a imprimir a preto e branco, utilizar papel reciclado ou ainda organizar planos de formação aos

munícipes a fim de aumentar a sua produtividade. A deputada não consegue ver de que forma este último pode influenciar as contas da autarquia.

Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa leu uma proposta escrita apresentada pelo PS e que a seguir se transcreve:

“A Bancada do PS/Alpiarça é a Razão considera que a proposta de financiamento financeiro proposto pelo Executivo é de tal forma grave e condicionadora do futuro de Alpiarça que propõe a obtenção de uma segunda auditoria por parte de uma empresa credenciada. Só assim o Executivo e a Assembleia Municipal poderão pronunciar-se com maiores certezas sobre a melhor forma de financiar ou sanear financeiramente a Autarquia.”

Em seguida, o Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

O Presidente começou por frisar a diferença entre uma empresa privada e uma Autarquia, sendo que estas últimas se regem por normas particulares e pela lei das finanças locais que prevê a solução que agora se adopta no caso de uma Autarquia entrar em ruptura financeira e se declarar em estado de desequilíbrio conjuntural, isto apesar de a Câmara de Alpiarça preencher 5 dos 6 critérios definidos para a declaração da situação de desequilíbrio estrutural, o que levaria a uma intervenção por parte do Governo. Assim sendo, o Presidente não vê a necessidade de se pedir uma segunda opinião, uma vez que a outra solução disponível não é desejável já que a Autarquia passava a ser gerida pela administração central e perderia autonomia. O Presidente reforçou esta ideia dizendo que teve oportunidade de falar com o Secretário de Estado da Administração Local, que se mostrou favorável a esta opção do Executivo, tomando-a como a única solução possível para o grave problema da Autarquia. Do ponto de vista político, esta solução agora apresentada é, segundo o Presidente, a menos onerosa para o Partido Socialista, já que a declaração do desequilíbrio estrutural seria a assunção do desastre completo na gestão dos destinos da Autarquia. Em todo o caso, o Presidente não se mostrou avesso a segundas opiniões, simplesmente, perante a realidade da situação, isso representaria um acréscimo de custos para se chegar à mesma conclusão. Em relação ao aumento de receitas, o Presidente manifestou o seu cepticismo no que toca a alguma possibilidade concreta de aumento de receitas face à conjuntura económica e financeira em que vivemos. Já em relação às despesas, o Presidente lembrou que, por exemplo, só na conta de telefone a Autarquia pagou nos últimos meses menos de um terço do valor que costumava ser cobrado, o mesmo respeitando ao gasóleo e outras despesas correntes.

Relativamente à contracção do empréstimo no valor de 6 milhões de euros, o Presidente assegurou que este não representa um acréscimo de endividamento, caso contrário não seria aprovado. Se a Câmara não contrair



este empréstimo, a breve prazo terá que se haver com o pagamento de juros de mora que são bem superiores aos juros do empréstimo bancário.

Terminada a intervenção do Presidente, o Presidente da Mesa deu autorização para se iniciar a discussão da proposta da Bancada do PS.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho que reconheceu que uma segunda auditoria acarretaria mais despesa. No entanto, considera que seria essencial se por exemplo uma segunda auditoria fizesse a conferência, documento a documento, daquilo que veio a compor os grandes números agregados, tal como seria importante se essa segunda auditoria se pronunciasse sobre os direitos de crédito da Autarquia, averiguando se a Câmara deve ou não penalizar as empresas que não cumprem os requisitos contratuais. O deputado afirmou ainda que também o PS encontrou a Autarquia em estado de desequilíbrio conjuntural ou estrutural e conseguiu resolvê-lo. Para terminar, o deputado afirmou que a situação não pode ser assim tão má, uma vez que tem visto despesas da parte da Autarquia que só podem indicar que a saúde financeira não é como a tentam transmitir.

Intervenção da deputada Graciete Brito que, conquanto considere o discurso do Presidente da Câmara muito comovente, entende que existem mais alternativas, assim haja criatividade. Assim, a deputada sugeriu, por exemplo, a substituição dos assessores por funcionários da autarquia que são igualmente competentes.

Intervenção do deputado João de Brito afirmando a sua intenção de votar contra a proposta de contratar uma nova auditoria, uma vez que a situação financeira da Câmara não se coaduna com essa lógica despesista.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro que realçou que o facto de o Partido Socialista estar a apresentar esta proposta só pode significar que o PS não tem alternativa para a resolver situação grave que criaram no concelho de Alpiarça.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar corroborando as palavras do seu colega de Bancada e acrescentando que esta proposta do PS pressupõe que a auditoria realizada foi uma auditoria irresponsável, pondo em causa o trabalho desenvolvido por uma empresa séria, responsável e com provas dadas.

Neste ponto, o Presidente da Mesa da Assembleia apresentou uma proposta para que se passasse imediatamente à votação da proposta apresentada pelo PS.

A proposta foi aprovada por maioria com 6 votos contra dos deputados do PS.

Passou-se à votação da proposta do PS, tendo sido reprovada por maioria, com 10 votos contra dos deputados da CDU e do PSD.

O deputado Fernando Ramalho fez declaração de voto. O deputado afirmou que o documento que se está a analisar neste ponto é de extrema importância para o Concelho, pelo que considera que este assunto devia ser discutido mais aprofundadamente e na presença de mais dados, em virtude das dúvidas que o documento suscita ao deputado.

O deputado Paulo Sardinheiro fez declaração de voto, explicando que votou a favor da proposta do PS porque considera que a proposta visa criar um segundo cenário com base no trabalho de consultadoria para que seja conseguida uma alternativa à solução encontrada pela Auditoria realizada pela empresa POC-Alentejo.

Passou-se à votação do ponto 6 da ordem do trabalho.

Aprovado por maioria com 9 votos a favor dos deputados da CDU e 7 votos contra dos deputados do PS e PSD.

### **Período de Intervenção do Público**

Não houve inscrições.

Procedeu-se à leitura da minuta da acta tendo sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

**Presidente** \_\_\_\_\_

**1º Secretário** \_\_\_\_\_

**2º Secretário** \_\_\_\_\_